



João Paulo Dias



Ministério das Finanças mantém os prazos para a entrega do IRS e do IRC.

Prazo para entrega da declaração do IRS e do IRC termina amanhã

OTOC volta a pedir adiamento de prazo de entrega do modelo 22 do IRC e do modelo 3 do IRS

O Ministério das Finanças não deu seguimento ao pedido da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) de adiar o prazo de entrega do modelo 3 da 2.^a fase do IRS e do modelo 22 do IRC que terminam amanhã. Face a esta recusa, o bastonário aconselhou ao não pagamento de multas por incumprimento.

As críticas da OTOC incidem na tardia disponibilização dos formulários informáticos para o preenchimento das declarações de rendimento das empresas e ao elevado número de declarações de IRS ainda por entregar. Na sexta-feira ainda faltavam entregar “500.317 declarações modelo 3 da 2.^a fase do IRS” e “223.920 declarações modelo 22 do IRC”, o que representa 35% e 52%, respectivamente, das declarações entregues em 2010.

Na semana passada, a OTOC pediu ao Ministério das Finanças para que fossem adiados de 31 de Maio para 30 de Junho a entrega

da declaração modelo 22 do IRC e até 30 de Setembro para a Informação Empresarial Simplificada (IES), tendo este último prazo acabado por ser prolongado até 17 de Agosto.

Segundo o ofício enviado pela Secretaria de Estado dos Assuntos

OTOC acusa Finanças de “insensibilidade e desconhecimento do que está a falar” face a elevado número de declarações que estão por entregar na vésperas do prazo

Fiscais à OTOC, o processo relativo ao IRC e ao IRS “tem decorrido sem sobressaltos e sem quaisquer anomalias técnicas impeditivas do cumprimento das obrigações fiscais”, pelo que não foi prolongado o prazo.

A resposta das Finanças ao pedido dos OTOC admite, ainda assim, que “a existência de novos formulários introduz sempre alguma perturbação junto do contribuinte”. Em reacção bastonário da OTOC, Domingues de Azevedo, enviou nova carta ao ministro das Finanças, onde afirma que “perante a injustificação da atitude tomada, o que revela uma injustificada intenção de aplicação de coimas, o que é ilegal e completamente condenável num Estado de Direito, aconselhamos os profissionais a impugnar o procedimento contra-ordenacional (...)” e volta a apelar às Finanças para que prolongue o prazo de entrega destas declarações. ■ L.S.



Impostos Técnicos de Contas exigem mais tempo às Finanças para entrega de IRS e IRC. ➔ **P48**